

**ECONOMIA E DIREITOS HUMANOS: O DESAFIO DO FÓRUM ECONÔMICO
MUNDIAL**
**ECONOMY AND HUMAN RIGHT'S: THE CHALLENGE OF THE WORLD
ECONOMIC FORUM**

Ana Luiza da Gama e Souza¹
Fabio Alves Gomes de Oliveira²
Lara Denise Góes da Costa³

Resumo

Neste artigo analisou-se a relação da economia de mercado global com a realização efetiva dos direitos humanos. O Fórum Econômico Mundial foi tomado como paradigma por se tratar de um espaço público global cuja configuração ainda permanece como um desafio social, político e jurídico. Mostrou-se como a economia se desenvolveu até chegar a atual configuração e apresentou-se a proposta de Amartya Sen do desenvolvimento humano. Por fim, focou-se no debate sobre cidadania como efetivação dos direitos humanos.

Palavras-chave: globalização; economia; direitos humanos; cidadania

Abstract

In this article we analyzed the relation between the global market economy and the effective realization of human rights. The World Economic Forum has been taken as a paradigm because it is a global public space whose configuration remains a political, social and legal challenge social. Showed up as the economy has developed to reach the current configuration and presented the proposal of Amartya Sen's human development. Finally, the debate has focused on citizenship and realization of human rights.

Keywords: globalization; economy; human rights; citizenship

Introdução

A globalização econômica mudou a face do mundo e trouxe desafios à realização dos direitos humanos. Este processo, resultado da conjugação de diversos fatores, mudou a face política e social do mundo, deslocou o centro de poder do Estado para a economia, do espaço público para o espaço privado e essa translação estrutural impactou profundamente o ideal de

¹ Mestre em Direito (UNESA) e Doutora em Filosofia (UFRJ). Professora adjunta e pesquisadora da UNESA. Email: anagama64@gmail.com. Este artigo é resultado do trabalho realizado pelo grupo de pesquisa sob minha coordenação e contou com a colaboração de alunas e ex-alunas de Iniciação Científica. Agradeço as contribuições de Michele Ladislau, Jessica Leão e Bruna Ferreira Bataglia.

² Doutor em Filosofia (UFRJ). Atualmente é pesquisador em Bioética e Ética Aplicada na UFRJ (FAPERJ) pelo Programa de Pós-Graduação em Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva (UFRJ/UERJ/UFF/FIOCRUZ). Email: fabioagoliveira@gmail.com.

³ Mestre em Ciências Sociais pela PUC-Rio. Atualmente é doutoranda em Ciências Sociais pela PUC-Rio e em Filosofia pela UFRJ. Email: larinhas@hotmail.com.

realização dos direitos humanos, um ideal de mudança focado na pessoa humana, nas condições materiais de sua existência e no reconhecimento da cidadania.

O processo de desenvolvimento da economia de mercado global vem de longe. A expansão do mercado para além das fronteiras nacionais que a caracteriza foi um dos ingredientes que possibilitaram a passagem de uma economia mercantilista para um capitalismo mercantil e daí para um sistema auto regulável e mundial. Entre o início do século XVII e meados do sec. XVIII o mercado estrangeiro cresceu sete vezes e esta expansão teve como consequência o aumento da quantidade de capital que saía do monopólio do Estado e se acumulava na esfera privada (HUME, 1955) e esta acumulação “original” foi uma das condições originais do capitalismo como sistema de produção que alavancado pelo desenvolvimento tecnológico e científico resultou no que se passou a denominar de globalização da economia ou economia de mercado global.

A relação entre a economia e o Estado, entre o “sucesso” de uma economia de mercado e o papel do Estado nesta empreitada é problemática e tornou-se objeto de reflexão a partir da modernidade, pontualmente a partir de David Hume que criticava a monopolização da economia pelo Estado e defendia que o espaço apropriado para a economia seria o espaço privado e que foi seguido por Adam Smith. Para ambos esta concepção de economia tinha uma finalidade moral, a de que a economia fosse meio para desenvolvimento humano.

Economia de mercado e globalização

Na contemporaneidade foi forte o empenho – prático e teórico, ou vice-versa - para o desenvolvimento de uma economia de mercado, cujas bases estariam na ideia de liberdade econômica¹. Para os teóricos neoliberais o espaço da economia é o espaço da liberdade, da não interferência do Estado. Liberalismo econômico significa liberdade econômica que é a faculdade do indivíduo econômico (auto interessado e egoísta) de escolher entre várias alternativas abertas pelo mercado (PRIBAN, 1983, p. 618). Liberdade econômica significa competição e nesta lógica a liberdade de um competidor só é limitada pela mesma medida de liberdade dos outros competidores.

Da desigualdade social e econômica que, na modernidade mercantilista era provocada por uma economia como monopólio do espaço público, passamos na contemporaneidade a um monopólio da economia pelo espaço privado e que vem aprofundando e alastrando as desigualdades.

A Globalização econômica é uma tendência recenteⁱⁱ da economia em direção ao aumento de fluxos internacionais de bens que mudou qualitativamente a natureza da integração econômica que passa então a ser baseada no mercado, mercado este formado por ações de agentes economicamente desconectados, tais como investidores, empresas e consumidores, deslocando-se rapidamente para além dos Estados e determinando o fluxo de bens e serviços dentro e fora das fronteiras nacionais (DEMARTINO, 2008, p. 56).

Tal como formulada pelos teóricos pós Adam Smith, seguidos pelos neoclássicosⁱⁱⁱ, a economia de mercado global é caracterizada pela extensão da integração de uma economia baseada no mercado a todas as fronteiras locais, regionais ou nacionais e que tem como função fornecer à humanidade meios de alcançar prosperidade (DEMARTINO, 2008).

O processo de globalização pode ser descrito pela conjunção de alguns fatores, algumas afinidades eletivas, como o progresso científico e tecnológico que ao lado da expansão planetária da economia de mercado, do aumento contínuo do comércio de bens e serviços, das mudanças nos modos de produção, do aumento dos fluxos de capital e do crescimento das empresas transnacionais, configuraram este novo cenário. (SENARCLENS, 2008, p. 78)

David Held avalia a globalização econômica como sendo caracterizada pela internacionalização da produção e a internacionalização das operações financeiras e que deste fato decorre o surgimento e a proliferação das corporações transnacionais cuja finalidade é a lucratividade global. Nesta estratégia, o país onde se encontre estabelecida pode não tem qualquer relevância (HELD, 1991, p. 167).

Otavio Ianni vê na nova divisão do trabalho a origem do processo que possibilitou a globalização econômica. Este processo distribuiu as empresas e conglomerados por todo o mundo, o que possibilitou a redistribuição dos centros financeiros, das organizações do trabalho, das agências de publicidade e da mídia por diferentes países, nos diferentes continentes. (IANNI, 1999, p. 13). Este novo ator contemporâneo, a corporação transnacional, caracteriza-se por uma estratégia comum que lhe garante unidade, não obstante o fato de que sua atividade se realiza em mais de um Estado. (TRAJTENBERG, 1999, p. 27).

O impacto desta transnacionalização da economia, através das corporações transnacionais tem sérias implicações na realidade sócio econômica dos Estados, já que estas empresas: “desenraizam-se progressivamente, planejando e concretizando as suas atividades em termos de geoeconomias próprias, muitas vezes alheias às peculiaridades ou idiossincrasias de governos nacionais.” (IANNI, 1999, p. 190).

Este comprometimento das realidades sócio econômicas dos Estados agravou e alargou a desigualdade, que se tornou um grande desafio global. Na evolução desta economia de

mercado global, empresas tornaram-se mais ricas que os Estados e estes por sua vez, engajados neste mercado, não conseguem proteger o espaço desta liberdade de escolha dos indivíduos neste mercado.

Em 2000, por exemplo, as 225 maiores fortunas do globo representam 1000 bilhões de euros, que é o equivalente à renda anual de 45% dos mais pobres da população mundial (2,5 bilhões de pessoas). As 15 pessoas mais ricas ultrapassam o PIB da África Subsaariana. Em 1960, os 20% da população que viviam nos países mais ricos tinham uma renda 30 vezes superior à dos 20% mais pobres. Em 1995, a renda é 80 vezes superior.^{iv} Em 2013, a pessoa mais rica do mundo, segundo a revista Forbes, é Carlos Slim. Sua fortuna em 2012 era de U\$ 73 bilhões. O Produto interno Bruto do Paraguai, segundo o Banco Interamericano de Desenvolvimento era, também em 2012, de U\$ 25,5 bilhões.

As mudanças no cenário do comércio mundial - especificamente no que tange à crescente difusão das empresas transnacionais - jamais teriam acontecido sem o progresso tecnológico que favoreceu a internacionalização da produção de bens e serviços, um movimento que não poderia ser contido diante do imenso poder econômico que se consolidava nestas empresas. Enquanto que a importância política das empresas transnacionais que proporcionalmente se expandem, a autonomia dos Estados diminui, uma vez que estes se submetem às suas estratégias que implicam em produção de riqueza e progresso tecnológico (SENARCLENS, 2008, p. 75).

No âmbito político, este processo teve consequência o enfraquecimento do papel do Estado em especial na proteção e aprimoramento dos direitos humanos. A relação entre desenvolvimento econômico e aprimoramento dos direitos humanos não é uma simples relação de causa e efeito. Se a economia moderna foi pensada como meio para o progresso e desenvolvimento humano, a economia de mercado inverteu esta lógica. Os mecanismos da economia de mercado tem uma finalidade própria; a de garantir a maior lucratividade com estímulo à competitividade nos limites do Estado e para além dele, não obstante as consequências desastrosas para o desenvolvimento humano por conta do agravamento das desigualdades sociais.

Economia, desenvolvimento e direitos humanos

A contribuição de Amartya Sen para este debate é inegável. Tendo como foco as desigualdades, sua teoria do desenvolvimento como liberdade tem como objetivo a expansão das possibilidades de alternativas dos seres humanos. Funcionamentos e capacidades de

funcionar, tais como ser saudável, e bem nutrido, ter conhecimento, participar da vida da comunidade, constituem, nesta concepção, o papel de uma vida plenamente vivida. (SEN, 1999)

Assim compreendido, o desenvolvimento humano em Amartya Sen enfrenta obstáculos contingentes, tais como carência de recursos básicos ao florescimento humano ou a impossibilidade de acessar alguns recursos por razões de discriminação econômica ou de outra ordem.

Em sua concepção interpretativa dos direitos humanos, Sen cria um diálogo objetivo, não somente com a forma de compreender os direitos humanos em sua relação a realidade social, mas, sobretudo, com a forma de se interpretar uma concepção de vida digna a ser vivida, e por fim da própria ideia de dignidade humana atrelada ao florescimento humano e às condições da realidade contingente.

Na perspectiva do desenvolvimento humano apresentada por Sen (1999), direitos humanos seriam compreendidos como uma reivindicação moral de uma sociedade, na qual obrigações são geradas para a sua promoção, proteção e respeito. Direitos humanos são aqui interpretados como uma série de direitos que possibilitam um real avanço para florescimento humano.

Para além da liberdade compreendida como direitos políticos ou civis, Amartya Sen vincula direitos sociais, culturais e econômicos a este conceito, agregando ao conceito de liberdade, as noções básicas de sobrevivência e vida digna e qualidade de vida^v, o que torna sua abordagem interessante, por visão abrangente dos direitos econômicos.

- mais fundamentalmente -, a liberdade política e as liberdades civis são importantes por si mesmas, de um modo direto; não é necessário justificá-las indiretamente com base em seus efeitos sobre a economia (...) Essas privações restringem a vida social e a vida política, e devem ser consideradas repressivas mesmo sem acarretar outros males (como desastres econômicos). Como as liberdades políticas e civis são elementos constitutivos da liberdade humana, sua negação é, em si, uma deficiência. Ao examinarmos o papel dos direitos humanos no desenvolvimento, precisamos levar em conta tanto a importância constitutiva quanto a importância instrumental dos direitos civis e liberdades políticas. (SEN, 1999, p. 31).

A noção de liberdade básica para Sen é abrangente e envolve além da privação de serviços básicos de saúde, saneamento básico ou água tratada, envolve ainda educação funcional, emprego remunerado e segurança econômica e social, fatores aos quais Sen atribui relevância para sua concepção de liberdade como desenvolvimento.

Se grande parte da população mundial carece de serviços básicos, tais como alimentação adequada e saneamento básico e considerando como uma das características fundamentais dos seres humanos a necessidade de querer viver bem, de constantemente vislumbrar novas condições para melhoria da vida e da superação das condições precárias mais adversas por outras um tanto melhores, o reconhecimento dessas privações faz parte para a natureza da análise empírica das liberdades desfrutadas pelos indivíduos. A qualidade de vida, portanto, revela-se como caso paradigmático dentro da análise dos direitos humanos relacionados como a noção de dignidade humana e, portanto, de um exigência de vida digna de ser vivida.

A qualidade de vida é avaliada nesta perspectiva a partir de dois conceitos. Segundo Sen, a capacitação (*capability*) e a funcionalidade (*functionings*) representam as possíveis combinações de coisas que uma pessoa está apta a fazer ou ser e que representa as várias coisas que ela faz ou é, respectivamente. Assim, a capacitação reflete em cada indivíduo as combinações de funcionalidades que esta pessoa pode conseguir. Assim sendo, qualidade de vida pode ser avaliada em termos objetivos da capacitação para alcançar funcionalidades, tais como as funcionalidades elementares (nutrir-se adequadamente, ter saúde, abrigo etc.) e as que envolvem auto respeito e integração social (tomar parte integrante de uma comunidade e, sendo assim, estabelecer seus vínculos identitários). (NUSSBAUM & SEN, 1995, p. 30)

Na perspectiva de Sen e Nussbaum, a capacitação de uma pessoa depende de um conjunto de fatores, incluídas as características próprias da pessoas, mas, sobretudo, da conjuntura social na qual ela se encontra inserida. E daí que as privações são avaliadas segundo uma perspectiva política e social das privações, pois, capacitação se mede pelo conjunto de oportunidades reais que a pessoa tem em seu favor. A qualidade de vida e, portanto, a vida digna de um ser humano não deve ser entendida apenas como um mero conjunto de bens e serviços, mas das oportunidades efetivas das quais as pessoas dispõem.

A demanda de Sen ainda é nitidamente voltada para o Estado para o Estado, mas o enfrentamento das desigualdades e o sucesso na proteção e na realização dos direitos humanos se desloca para o espaço global. As interconexões globais provocadas pela economia de mercado global reduzem o poder do Estado no controle de atividades realizadas dentro e fora do seu território e mais ainda, a expansão das forças e interações transnacionais reduzem e restringem a influência que os governos têm sobre a atividade dos seus cidadãos (HELD, 1991, p. 158).

Economia de mercado e cooperação: as organizações internacionais

No contexto de um processo de globalização da economia tal como caracterizado, os Estados são levados a cooperar, já que muitas das atividades tradicionais do Estado como a produção do direito e a administração da economia, não podem mais ser eficientemente realizadas sem a cooperação dos outros Estados.

O resultado de todo esse processo foi um grande crescimento das instituições, organizações e regimes que constituíram a base do governo (governance) global. (Dizer isso, é claro, não significa confundir tais desenvolvimentos com a emergência de um governo mundial integrado. Trata-se aqui de reter a diferença entre uma sociedade internacional que contém a possibilidade de cooperação política e de ordem, e um Estado supranacional que detém o monopólio dos poderes coercitivo e legislativo.) A nova política global - envolvendo, entre outras coisas, processos de tomada de decisão multi burocráticos no interior das burocracias governamentais e internacionais e entre elas; envolvendo processos políticos desencadeados por forças transnacionais e envolvendo, enfim, novas formas de integração multinacional entre Estados - criou um quadro no qual e através do qual os direitos e obrigações, poderes e capacidades dos Estados foram redefinidos. As capacidades estatais foram ao mesmo tempo reduzidas e alargadas, permitindo ao Estado o cumprimento de uma série de funções que já não podem ser mantidas senão em conexão com relações e processos globais (HELD, 1991, p.159).

Se por um lado, é cada vez maior o número de corporações transnacionais no processo de consolidação e fortalecimento da economia de mercado global, por outro se multiplicaram ao longo dos anos o número de Organizações Internacionais como fruto da necessidade de cooperação no enfrentamento da economia de mercado e cuja denominação pode abranger uma grande variedade de entidades, desde aquelas que são constituídas dentro do espaço estatal até as organizações criadas pelos Estados e constituídas segundo o direito internacional, são as organizações intergovernamentais. Estas últimas são, por princípio, fundadas em acordo internacional firmado pelos Estados que a constituíram e nesta esfera política são definidos os poderes atribuídos a ela.

Nestas organizações existe uma relação direta entre as funções e os princípios da organização, definidos neste pacto político e seus poderes – sua jurisdição e deste modo não há dificuldade em reconhecer que sua personalidade jurídica é distinta dos Estados, mas que seu campo de atuação - sua capacidade, o exercício de sua jurisdição - é limitado ao que se compreenda como sendo a vontade, os valores ou interesses comum dos Estados no enfrentamento de desafios globais, em especial no monitoramento dos direitos humanos. Neste

âmbito, a ONU, em nível global e a OEA, em nível regional, tem atuado, mas ainda com limitações substanciais.

O paradigma do Fórum Econômico Mundial

A globalização econômica mudou a face do mundo e trouxe desafios à realização dos direitos humanos. Este processo, resultado da conjugação de diversos fatores, mudou a face política e social do mundo, deslocou o centro de poder do Estado para a economia, do espaço público para o espaço privado e essa translação estrutural impactou profundamente o ideal de realização dos direitos humanos, um ideal de mudança focado na pessoa humana e nas condições materiais de sua existência.

Neste contexto, um ator inédito em sua formação, mas ao mesmo tempo peculiar ao contexto da economia de mercado globalizada no qual nos encontramos inseridos surge: o Fórum Econômico Mundial (FEM).

O Fórum Econômico Mundial é o representante institucional do poder econômico. É uma organização global *sui generis*; um espaço privado de deliberação sobre o espaço público e que vem ganhando, pela dimensão de suas propostas, identidade pública e poder de influenciar a esfera pública global no seu campo de atuação, qual seja, o desenvolvimento da economia global e o fomento à competitividade global, com propostas direcionadas aos mercados emergentes - como o Brasil - nações de baixo desenvolvimento social e humano.

O FEM se auto define como uma comunidade global⁴ formada por (multi) parceiros estratégicos – inicialmente 1000 companhias fundadoras – que se atribuem responsabilidade perante a sociedade civil global, seus clientes, governos e outros setores que considere relevante para o sucesso na realização de seus fins. Se auto denomina uma organização de serviço público e neste papel se atribuir o compromisso de “melhorar as condições do mundo”⁵, tomando decisões orientadas neste sentido.

Como organismo internacional, reconhece sua importância para a governança global e centraliza seus esforços nos “espaços informais, ainda que estruturados”⁶ sobre os quais assentam-se as bases das “estruturas formais legais multilaterais” e instituições como o Fundo Monetário, ONU e OMC. Segundo o FEM, é neste espaço informal que se encontram aqueles

⁴ Retirado de http://www3.weforum.org/docs/WEF_InstitutionalBrochure.pdf

⁵ Retirado de www.weforum.org.

⁶ http://www3.weforum.org/docs/WEF_InstitutionalBrochure.pdf, p. 4.

que tem poder de mudança e é na esfera deste espaço informar que se discute e age sobre o estado do mundo.

Como organização internacional a natureza do FEM é paradoxal, pois compartilha algumas características das organizações intergovernamentais, mas difere-se delas em diversos outros aspectos.

Uma primeira similaridade com as Organizações Intergovernamentais é que o FEM exerce governança global, embora não tenha competência executiva ou normativa sobre as questões globais. Por não ser composta de Estados soberanos não goza de legitimidade para decidir com autoridade sobre estas questões (PIGMAN, 2007).

É uma instituição de conhecimento, já que dele parece retirar seu poder de influenciar nas questões relacionadas ao desenvolvimento econômico global, em especial no estímulo à competitividade global. Acumular conhecimento é o objeto principal ou mesmo constitui a função das organizações privadas não-governamentais. Este conhecimento é aproveitado pelas organizações públicas internacionais (SCHERMERS, 2011, p. 141)

Neste sentido, o Fórum Econômico Mundial pode se equiparar a uma organização de natureza não-governamental: Segundo Pigman (2007, p. 48):

is about nothing if it is not about knowledge and ideas: their creation, development and dissemination....the forum is fundamentally a knowledge institution: it affects its field of operations by causing the thinking of its members and interlocutors on problems and solutions to change and develop.

Dada a sua opacidade, há grande controvérsia sobre sua real finalidade. Para alguns ela é concebida como uma organização adiante de seu tempo. Nessa narrativa o FEM seria “*an embryonic stoa for global problem solving and created at the beginning of the contemporary, information-age global economy*”.⁷ Menos otimistas são os críticos desta organização para quem o FEM é um “lobo em pele de cordeiro”, pois representa as empresas e os Estados mais ricos do globo e seus encontros só tem a finalidade de beneficiá-los.

Forum as cabal of wealth elites in business and government that has been meeting for several decades to facilitate an agenda of integration of the global economy to intended to benefit large transnational firms and governments of industrialized nation-states at the expence of consumers, the environment, the poor and local or non-global culture. (PIGMAN, 2007)

⁷ PIGMAN, 2007, p. 3.

Direitos Humanos e cidadania no mercado econômico global

O reconhecimento do ser humano, hoje, como portador de direitos inerentes à sua própria condição humana, é fruto de um longo processo durante o qual as posturas dominadoras de certos grupos ou do próprio Estado, sobre outros grupos de minorias, impondo restrições e tratamentos degradantes, impulsionaram o surgimento de normas que atacam essa sobreposição de valores dos mais fortes sobre os mais fracos, a minoria.

Os direitos humanos são fruto de um ideal de dignidade humana, mas sua afirmação é fruto de séculos de reflexão, dor física e sofrimento moral. Na contemporaneidade experimenta-se o sincronismo entre as grandes declarações de direitos e as descobertas da ciência e da tecnologia. Entretanto é a partir da segunda Guerra Mundial que este processo de exaltação dos direitos humanos ocorreu de forma mais profunda.

A Grande Guerra pode ser considerada o marco histórico dos Direitos Humanos, momento marcado pela tomada de consciência pelas e atrocidades cometidas contra as pessoas humanas. Neste momento, afirma-se a existência de um conjunto de direitos humanos fundamentais a serem reconhecidos e garantidos, neste primeiro momento pelo Estado, diante da necessidade de proteger as pessoas humanas contra o próprio Estado. Desse modo, os direitos humanos são um referencial ético para orientar relações entre os Estados e entre os próprios indivíduos.

Nesse contexto, foi criada a Organização Nações Unidas (ONU) com a missão de estabelecer e manter a paz no mundo, proclamar a fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e valor da pessoa humana, na igualdade de direitos entre homens e mulheres, assim como os das nações - grandes e pequenas -, promover o progresso social e instaurar melhores condições de vida.

Celso Lafer realça o papel da Carta da ONU como a primeira resposta jurídica da comunidade internacional às demandas de proteção, de tutela internacional dos direitos da “humanidade”.

Configurou-se como a primeira resposta jurídica da comunidade internacional ao fato de que o direito ex parte populi de todo o ser humano à hospitalidade universal só começaria a viabilizar-se se o ‘direito a ter direitos’, para falar com Hannah Arendt, tivesse uma tutela internacional, homologadora do ponto de vista da humanidade. Foi assim que começou efetivamente a ser delimitada a ‘razão de

estado' e corroída a competência reservada da soberania dos governantes, em manteria de direitos humanos, encetando-se a sua vinculação aos temas da democracia e da paz. (LAFER, 1986, p. 217)

Dezenas de Convenções Internacionais foram celebradas com o objetivo de afirmar a existência dos direitos humanos. Do mesmo modo, as Constituições ocidentais começaram a ser elaboradas a partir de uma concepção mais humanista e democrática, reconhecendo no Estado a ideia de dignidade humana como um princípio orientador, proporcionando maior efetividade na tutela dos direitos fundamentais.

A primeira e principal preocupação do movimento de internacionalização dos direitos humanos foi a necessidade de estender ao domínio internacional a proteção destes direitos, já que torna-se inefetiva se reduzida ao domínio reservado do Estado, por ser questão de legítimo interesse internacional (PIOVESAN, 2008).

Embora não se possa deixar de reconhecer a dimensão histórica dos direitos humanos, no plano formal eles são universais e indivisíveis, dois atributos consagrados pela Declaração Universal de 1948, cujo fundamento é o respeito à dignidade humana em sua integralidade e unidade.

A contribuição da Declaração de 48 foi a de exaltar esta universalidade dos direitos humanos, de proclamar a existência de direitos inerentes à condição de ser humano, independentemente de qualquer qualificação, sexo ou cor. A unidade incindível destes direitos os torna indivisível, já que é impossível avalia-los de forma parcial. Neste sentido, a garantia dos direitos civis e políticos é condição para a observância dos direitos sociais, econômicos e culturais e vice-versa. A interdependência destes direitos os caracteriza.

De contorno claramente liberal e individualista, a Declaração expressa a *premissa antropocêntrica*, colocando o indivíduo no centro dos direitos humanos, lhe atribuindo primazia em relação ao todo, ao coletivo. Nesta perspectiva, há direitos mínimos que não podem ser suprimidos, nem mesmo para que se maximize o bem estar coletivo.

O processo de globalização econômica colocou em cheque os direitos humanos tal como idealizado pela Declaração de 48. Primeiro, pelo o agravamento das desigualdades sociais e econômicas, mitigando o caráter indivisível dos direitos humanos com o esvaziamento dos direitos sociais básicos e como consequência da vulnerabilidade econômico-social, a vulnerabilidade dos direitos civis e políticos. Segundo, pelo enfraquecimento do Estado, a quem se dirigem os obrigativos dos direitos humanos.

De que vale o direito à vida sem o provimento de condições mínimas de uma existência digna, se não de sobrevivência (alimentação, moradia, vestuário)? De que vale o direito à liberdade de locomoção sem o direito à moradia adequada? De que vale o direito à liberdade de expressão sem o acesso à instrução e educação básica? De que valem os direitos políticos sem o direito ao trabalho? De que vale o direito ao trabalho sem um salário justo, capaz de atender às necessidades humanas básicas? De que vale o direito à liberdade de associação sem o direito à saúde? De que vale o direito à igualdade perante a lei sem as garantias do devido processo legal? E os exemplos se multiplicam. Daí a importância da visão holística ou integral dos direitos humanos, tomados todos conjuntamente. Todos experimentamos a indivisibilidade dos direitos humanos no cotidiano de nossas vidas. Todos os direitos humanos para todos, é este o único caminho seguro para a atuação lúcida no campo da proteção dos direitos humanos. Voltar as atenções igualmente aos direitos econômicos, sociais e culturais, face à diversificação das fontes de violações dos direitos humanos, é o que recomenda a concepção, de aceitação universal em nossos dias, da inter-relação ou indivisibilidade de todos os direitos humanos (Palestra proferida por Antônio Augusto Cançado Trindade na IV Conferência Nacional de Direitos Humanos. 1999).

Em 1966, os pactos de direitos civil e políticos e o de direitos econômicos, sociais e culturais foram uma resposta à demanda por uma formalização dos direitos humanos que pudesse fazer face ao galopante desenvolvimento econômico ao agravamento das desigualdades sociais. Ambos os tratados passaram, portanto, a incorporar, com maior precisão e detalhamento, os direitos constantes da Declaração Universal, sob a forma de preceitos juridicamente obrigatórios e vinculantes.

A plena realização dos direitos sociais, econômicos e culturais não pode ser alcançada em um curto período de tempo e apresentam realização progressiva, já que condicionados à atuação do Estado. Tais direitos demandam do Estado, prestações positivas e negativas. Assim, o Estado deve adotar medidas - até o máximo de seus recursos disponíveis -, por esforço próprio ou por assistência e cooperação internacionais.

O Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais possui uma sistemática de monitoramento e implementação dos direitos que contempla o envio de relatórios, pelos Estados-partes, das medidas legislativas, administrativas e judiciais adotadas por este. Ademais, tais relatórios descrevem os fatores e as dificuldades no processo de implementação das obrigações decorrentes do referido Pacto.

Assim, 1986, a Comissão Internacional de juristas do centro Maastricht de Direitos Humanos da Universidade de Limburg elabora os chamados Princípios de Limburg⁸, um guia para avaliação das obrigações dos Estados decorrentes do Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Em 1997, uma nova reunião da comissão de juristas resulta no Guia de Maastricht para as violações dos direitos sociais e econômicos. (EIDE and ROSAS, 2001, p. 25)

Podemos ressaltar quatro relevantes princípios específicos relativos aos direitos sociais afirmados pelo Pacto⁹. O primeiro, o princípio da observância do *minimum core obligation*, tem como fundamento o princípio nuclear dos direitos humanos, o da dignidade da pessoa humana e corresponde ao dever dos Estados de observar um *minimum core obligation* no tocante aos direitos sociais. Para a os direitos sociais, o Comitê estabelece os critérios da acessibilidade, disponibilidade, adequação, qualidade e aceitabilidade cultural.

O segundo princípio é o da aplicação progressiva – nos termos do art. 2º (1) do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Segundo ele os Estados estão obrigados a adotar medidas, por meio de ações concretas, deliberadas e focadas, voltadas à implementação dos direitos sociais, de modo mais efetivo possível, utilizando o máximo dos recursos disponíveis. Assim, têm o dever de evitar medidas de retrocesso social.

O terceiro é o princípio da participação e transparência, segundo o qual a adoção de políticas públicas devem inspirar-se nos princípios da participação, transparência e responsabilidade. Este princípio relaciona os direitos econômicos, sociais e culturais às liberdades políticas.

Por fim, o Comitê ressalta o princípio da cooperação internacional – art. 2º do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Este princípio se traduz que o fato de que os Estados, além das obrigações de respeitar, proteger e implementar direitos sociais, possuem a obrigação de cooperar, tendo em vista que tais direitos têm como valor fundante a solidariedade. A referida solidariedade já havia sido proclamada na Declaração Universal de 1948.

O distância entre os direitos humanos proclamados e revisitados e o exercício efetivo destes direitos leva ao debate sobre a cidadania e sua importância na realização dos direitos humanos.

⁸ (UN doc.E/CN.4/1987/17)

⁹<http://www.uu.nl/faculty/leg/NL/organisatie/departementen/departementrechtsgeleerdheid/organisatie/onderdelen/studieeninformatiecentrummenserechten/publicaties/simspecials/20/Documents/20-02.pdf>

O crescimento da desigualdade social e econômica é consequência direta do capitalismo e do desenvolvimento da economia de mercado global. A economia se desenvolveu a passos largos e na direção oposta da melhoria das condições de vida da grande maioria da população do globo e assim surgem as reivindicações de cidadania.

Cidadania, desigualdades e direitos humanos

Este processo vem de longe. Marshall (1967; 61-64) problematizou, centrado na Inglaterra dos anos 50, o contraste entre o capitalismo e a desigualdade defendendo que a cidadania seria uma reivindicação legítima para o indivíduo ser admitido como participante dentro de determinada herança social, o que por sua vez significaria a aceitação como membro completo de determinada sociedade. Para o autor, a desigualdade no sistema de classes seria mitigada pelo status de cidadania, quando a igualdade pode ser reconhecida.

No universo deste conceito, ele aponta três diferenciações: cidadania civil que se traduz na liberdade de ir e vir, no direito à justiça, nos direitos individuais de uma maneira geral; cidadania política, como participação no exercício do poder político e cidadania social, que implica desde o direito a um patamar mínimo de bem-estar econômico, à segurança de participar por completo da herança social de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade.

Como analisa Bendix (1996), os direitos de cidadania no contexto europeu estavam relacionados à igualdade perante a lei. Embora esta igualdade tenha se desenvolvido paralelamente com o fenômeno da desigualdade social e econômica, apesar de garantida a liberdade individual e os direitos civis trabalhistas, a presunção da autonomia individual destruiu qualquer possibilidade de proteção do tipo igualitário, deixando as classes menos favorecidas à mercê das intempéries econômicas.

A construção do *laissez-faire* não buscava igualdade de condições, mas liberdade de se construir economicamente como cidadão, ou seja, apenas autonomia para adentrar a luta econômica, o que de certa forma impedia uma possível reclamação por qualquer proteção legal do Estado ou benefício social neste sentido.

Diante do acima exposto, a cidadania, pode ser relacionada diretamente à qualidade de vida das pessoas através da efetivação de seus direitos. As vulnerabilidades sócio-econômicas

traduzem um abismo que separa quem é cidadão de quem não é, hierarquizando pessoas de acordo com a fruição de seus direitos e estes podem ser entendidos como privilégios, uma vez que não são universalizados.

Neste ponto e de uma maneira geral, as noções de justiça e de solidariedade quando associadas ao conceito de cidadania remetem a dois debates teóricos: de um lado, ao debate da teoria ou filosofia moral, na qual se enfocam os ideais de justiça e de dever moral que identificamos a partir das teorias contratualistas do século XVII até as novas abordagens neo-contratualistas, tendo a teoria Rawlsiana como ponto de partida. Por outro lado, na literatura sociológica¹⁰, a noção de solidariedade norteia a articulação entre interesses individuais e bem comuns, numa concepção de indivíduo autônomo, porém situado numa determinada identidade comunitária, e pertencente a uma totalidade social.

A articulação entre direitos e valores está, portanto, no cerne da discussão da cidadania, permitindo um equilíbrio entre justiça e solidariedade, que de forma conjunta, superadas as dificuldades conceituais, possam relacionar respeito mútuo e dignidade humana como afirmação de uma prática cidadã efetiva. Como resultado, podemos apontar que hoje algumas concepções acerca dos Direitos humanos, sua recepção no Brasil como signatário dos tratados internacionais em matéria de Direitos Humanos e a efetivação destes direitos se dão através da luta por uma cidadania inclusiva¹¹.

Neste processo a contribuição de Hannah Arendt sobre a humanidade no pós-guerra europeu e ainda de algumas perspectivas morais sobre o debate da cidadania são relevantes. Pode-se dizer que a primeira tentativa de entendimento mútuo entre as nações surgiu no período pós-primeira guerra. A Liga das Nações, criada em 1920, tinha como princípio norteador a paz mundial através da doutrina de segurança coletiva¹². Tal princípio visava evitar a possibilidade de um novo conflito através do equilíbrio dos poderes. A harmonia entre as nações durou, no entanto, muito pouco. Os interesses econômicos decorrentes da pobreza gerada pela guerra naufragaram a instituição internacional, enterrando de vez a possibilidade de paz baseada no poder.

¹⁰ Cf. Oliveira, Luís Roberto Cardoso. “Entre o justo e o solidário: os dilemas dos direitos de cidadania no Brasil e nos EUA”.

¹¹ Embora a Carta das Nações Unidas sobre os Direitos Humanos por ter nascido, segundo Norberto Bobbio, como forma de proteger o indivíduo do Estado, hoje a concepção de Direitos Humanos reflete a vontade dos estados signatários de garantir a proteção do indivíduo seja de um Estado opressor, seja de condições desumanas de tratamento. Cf. Bobbio, N. “A era dos direitos”

¹² A doutrina da segurança coletiva incorpora dois conceitos inter-relacionados: a soberania e o Direito internacional. A soberania garantiria a supremacia legal no interior de um determinado território e o direito internacional às regras para a segurança coletiva. Cf. Seidenfus, R. “Manual das organizações internacionais”. Ed. Livraria do advogado, 2000.

A partir daí, a pobreza, o desgaste e os ressentimentos decorrentes do primeiro conflito mundial deram margem à emergência de um forte nacionalismo de Estado contra Estado. Após a derrocada econômica do entre guerras, e a ascensão da segunda guerra mundial, a iniciativa de formar uma nova instituição internacional entrou em pauta novamente, mas desta vez visando garantir a proteção do homem contra o homem. O surgimento das Nações Unidas e a Declaração dos Direitos Humanos foram momentos decisivos de expansão mundial dos princípios de respeito à vida e à dignidade humana.

Várias foram as teorias que surgiram para explicar os males da guerra, assim como seus motivos. As diversas análises do contexto político e cultural de cada Estado-nação, assim como a compreensão das formas de convivência humana, possibilitaram novos estudos sobre os conflitos internos e externos, de sociedade para sociedade. Hannah Arendt analisou em algumas de sua vasta obra, os motivos humanos, políticos e sociais que ensejaram a segunda guerra e também contribuiu para desvendar as futuras problemáticas de convívio social, tais como suas abordagens de identidade étnica, sociedade civil e esfera pública.

Em *Origens do Totalitarismo* (1979), Arendt examina os motivos que levaram à ruptura dos padrões morais na Europa como forças políticas que irromperam nas relações entre o Estado e a sociedade civil. Como primeira análise, a filósofa defende que a ideologia racista emergiu simultaneamente em todos os países ocidentais durante o século XIX. O racismo teria reforçado a ideologia imperialista e absorvido os antigos pensamentos baseados na raça.

Para Foucault (2008A), houve uma desconstrução do modelo de soberania a partir da ideia de discurso da guerra das raças, na qual a partir da concepção de que a sociedade estaria numa guerra civil permanente, o discurso de guerra das raças seria apenas mais um expediente para legitimar a submissão do mais fraco. O racismo, para ele, justificou a limpeza étnica e a purificação da raça com a justificativa de proteger o corpo social dos “loucos”, “pobres”, “sub-raças” ou qualquer tipo que fosse considerado escória social e ameaçasse a convivência social através da desordem, de forma a se manter o *status quo* daqueles que dominavam – tanto no sentido político quanto no sentido econômico.

Seyla Benhabib (2004) aponta alguns pressupostos teóricos importantes para a compreensão dos direitos e da negação destes a partir da modernidade. A filósofa aponta que, após a formulação kantiana sobre os direitos cosmopolitas como meio de integração entre a ordem doméstica e a lei internacional, no sentido jurídico como sistema moral, foi Hannah Arendt quem criou um novo legado de direitos cosmopolitas ao dissecar os paradoxos territoriais baseados na soberania no Estado. Benhabib analisou a expressão “direito a ter direitos” em Hannah Arendt para desenvolver a tese de que o valor moral contido na expressão

decorreria de uma concepção kantiana de direito no sentido de que haveria uma transcendência humanitária acima dos valores culturais, lingüísticos e religiosos que os diferenciaram¹³.

Com milhões de pessoas apátridas e refugiadas em outros Estados a partir do advento de duas guerras mundiais, não foi apenas o acesso aos direitos de cidadania que foram instantaneamente negados para estas pessoas, mas direitos humanos. A partir da discussão sobre a corrida para a África e sua colonização, Arendt examinou os episódios que a partir daí ilustraram uma quebra nas regras de direito e nos valores morais. Os princípios de Direitos Humanos tornaram-se frágeis em prol de decisões políticas imperialistas.

Para Benhabib, a expressão “direito a ter direitos” denotaria duas acepções diferentes de direito. O primeiro “direito” significaria uma extensão do reconhecimento da humanidade aos membros de qualquer grupo humano. Neste sentido, o uso do termo “direito” evocaria um imperativo moral. Já o segundo uso de “direitos” sugeriria o primeiro direito como premissa. “Direitos” na frase de Arendt dependeriam de uma relação triangular entre o receptor, o reconhecedor e a instituição que media tais direitos, dentro da qual a pessoa que detém direitos já faz parte de uma comunidade ou é reconhecida como membro ulteriormente. Assim, o uso do primeiro direito teria uma estrutura discursiva diferente da segunda, na medida em que requer a identidade e o reconhecimento da pessoa como membro de algum grupo humano.

Segundo a filósofa, para que seja possível o reconhecimento de uma pessoa como membro de um agrupamento humano torna-se necessário anteriormente que ela seja reconhecida como humana. Este ponto revelaria o valor moral do primeiro direito, no qual a concepção kantiana de valor universal de humanidade acima de qualquer contexto cultural transcenderia qualquer possibilidade de não-reconhecimento¹⁴. Este direito imporia como consequência obrigações mútuas, no sentido de obrigar-nos a nunca violar o direito de humanidade de cada pessoa.

Hannah Arendt tinha em mente a humanidade como membro reconhecido no interior de uma sociedade civil e a liberdade decorreria apenas deste direito. Para Arendt, o Estado-nação sempre possuiu um grau elevado de exclusão e de injustiças sociais decorrentes de lutas por motivos identitários e ideológicos. Os cidadãos do Estado moderno como membros de uma

¹³ Celso Lafer demonstra que Hannah Arendt defendia o ideal de cidadania como princípio e não como efeito da concepção normativa de direitos humanos, no sentido de que para a filósofa, esperar que uma determinação empírica seja a condição para a existência dos valores seria uma contradição lógica, daí se inferir que a concepção de cidadania deva ser entendida como princípio para que os direitos humanos se realizem em sua efetividade e não o contrário. Cf. Lafer, Celso. “Pensamento, persuasão e poder.”

¹⁴ Benhabib cita o imperativo categórico kantiano como a forma de legitimar a lei moral e o direito à humanidade que possuiríamos: “aja de forma a tratar a humanidade sempre como um fim em si mesmo e nunca como um meio.” Isso significaria para Benhabib o direito de ser tratado pelos outros em acordo com certos princípios de valor e de dignidade humana.

nação, possuem uma história, uma língua e uma tradição particular. Quanto mais a nação defende a identidade acima da política, mais conflitos por igualdade surgem e menos respeito pelas diferenças se instala. Assim, “direito a ter direitos” no contexto atual constitui um reconhecimento de um status universal de ser pessoa humana, independentemente de sua identidade nacional.

Com a afirmação do capitalismo no mundo ocidental, várias teorias surgiram para analisar a viabilidade da garantia dos direitos e da integração social num contexto competitivo e desigual. Marshall¹⁵ problematizou, centrado na Inglaterra dos anos 50, o contraste entre o capitalismo e a desigualdade defendendo que a cidadania seria uma reivindicação para ser admitido numa participação na herança social, o que por sua vez significaria a aceitação como membro completo de determinada sociedade.

A desigualdade no sistema do sistema de classes pressupõe que a igualdade de cidadania seja reconhecida. No universo deste conceito, ele aponta três diferenciações: cidadania civil que se traduz na liberdade de ir e vir, no direito à justiça, nos direitos individuais de uma maneira geral. Cidadania política, como participação no exercício do poder político e cidadania social que implica desde o direito a um patamar mínimo de bem-estar econômico à segurança de participar por completo da herança social de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade.¹⁶

Conclusão

Neste artigo foi analisada a importância que a discussão sobre a cidadania como efetiva realização dos Direitos Humanos em sua relação com a realidade globalmente econômica na qual vivemos hoje. O Fórum Econômico Mundial representa hoje uma forma de representação dos interesses da Sociedade civil, entretanto, devido ao seu caráter apolítico, sua influência coloca em xeque o desenvolvimento e as desigualdades sociais, o que torna imprescindível o seu debate na esfera dos Direitos Humanos. As metas para uma efetiva cidadania no novo contexto de uma economia globalizada ainda estão em aberto. O alargamento deste conceito a partir da nova realidade mundial pode permitir um novo olhar acerca dos limites e possibilidades de discussão do Fórum como esfera pública, gerando maior inclusão democrática e conseqüentemente maior ampliação de diminuição de desigualdades sociais e desenvolvimento humano.

¹⁵ Marshall, 1967, p.61.

¹⁶ Idem, p.64

Referências bibliográficas

- ARENDDT, H. *Origens do Totalitarismo*. 3 vols. ed. Documentário, Rio de Janeiro.1979;
- BENDIX, Reinhard. *Construção Nacional e cidadania: estudos de nossa ordem social em mudança*. Ed. Edusp, 1996.
- BENHABIB, Seyla. *The rights of others: aliens, residents and citizens*. Cambridge University Press, 2004.
- BOBBIO, Norberto. *A era dos Direitos*. 6. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- BRASIL. Presidência da República. *Direitos Humanos: percepções da opinião pública: análises de pesquisa nacional / organização Gustavo Venturi*. – Brasília : Secretaria de Direitos Humanos, 2010.
- COMPARATO, F. K. *A afirmação histórica dos direitos humanos*. 5º. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.
- EIDE, Asbjorn. *Economic, social and cultural rights as human rights*. In: EIDE, A, Krause C. and Rosas A. (eds), *Economic, social and cultural rights: a textbook*. 2nd revised edition, Dordrecht: Martinus Nijhoff Publishers, 2001.
- FLORES, Joaquín Herrera. *Los Derechos Humanos en el Contexto de la Globalización: Tres Precisiones Conceptuales*. In Direitos Humanos e globalização: fundamentos e possibilidades desde a teoria crítica. Orgs. Sánchez Rúbio, D, Flores, J.H & Carvalho, S. de. Ed. Lumen Juris. Rio de Janeiro. 2004.
- FOUCAULT, M. *Segurança, Território, população*. Editora Martins Fontes, Rio de Janeiro, 2008(a).
- _____. *Nascimento da biopolítica*. Ed. Martins fontes, 2008(b)
- FRASER, Nancy. *Reconhecimento sem ética?* In Teoria crítica do século XXI. Ed. Annablume, São Paulo, 2007.
- FRIEDMAN, M. *Capitalism and freedom*. The University of Chicago Press. USA. 1982
- GUDDBRANDSEN, Susanne Juell. *Legal Personality of International Organisations*. Oslo. Spesialoppgave, University of Oslo, 2003. <http://hdl.handle.net/10852/18865>;

GAMA E SOUZA, Ana Luiza da. *A liberdade de realização efetiva de escolhas: um ideal de liberdade para um mercado econômico global*. Rio de Janeiro. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de pós-graduação em filosofia. 2013

HAAS, Ernst B. *When knowledge is power: three models of change in international organizations*. Berkeley. University of California Press. 1990.

HELD, David. *A Democracia, O Estado-nação e o Sistema Global*. In Lua Nova nº 23. Trabalho apresentado na Conferência “Aprofundando e Globalizando a Democracia”, realizada em Yokohama, Japão, 17-22 de março de 1990. Tradução de Regis de Castro Andrade. 1991.

HERTZ, Mônica e HOFFMANN, Andréa. *Organizações Internacionais – história e práticas*. Rio de Janeiro. Ed. Campus-Elsevier. 2004

IANNI, Otavio. *A era do globalismo*. Rio de Janeiro. Ed. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. 1999.

_____. *Globalização e neoliberalismo*. São Paulo em perspectiva. 12(2) . 1998

LAFER, Celso. *A reconstrução dos direitos humanos: a contribuição de Hannah Arendt*. Estudos Avançados. 11 (30). 1997.

_____. *Desafios: Ética e Política*. Editora Siciliano, 1986.

MALANCZUL, P. *Akehurst's modern introduction to International law*. London, 7th revised edition. Routledge. 1997;

MARSHALL, Thomas: *Cidadania, classe social e status*. Zahar editores, Rio de Janeiro, 1967.

MELLO, C. D. de Albuquerque. *Curso de Direito Internacional Público*. v. 1. 15 ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

NASSER, Salem Hikmat. *Desenvolvimento, Costume Instantâneo e Soft Law*. In AMARAL JUNIOR, Roberto do (org). *Direito Internacional e Desenvolvimento*. São Paulo. Ed. Manole. 2005.

NUSSBAUM. M. C., Sen, A. *The quality of life*. Oxford University Press, 1993.

_____, Glover. J. *Women, Culture, and Development: A Study of Human Capabilities*. Oxford University Press, 1996.

PIOVESAN. Flávia. *Direitos humanos e o Direito Constitucional Internacional*. São Paulo: Saraiva. 2008.

_____, STEINER, Henry; TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. *Direitos humanos e o direito constitucional internacional*. 9.ed., rev., ampl., e atual. São Paulo: Saraiva, 2008.

PIGMAN, G.A. *The world economic forum; a multi-stakeholder approach to global governance*. London. Global Institutions. Routledge. 2007.

PRIBRAM, Karl. *A history of economic reason*. London. The Johns Hopkins University Press. 1983.

REUTER, P. 1958. *International Institutions*. New York. Translated by J.M. Chapman. Rinehart and Company.

SEN, A. *Development as freedom*. Anchor; Reprint edition, 2000.

_____. *Inequality reexamined*. Harvard University Press, 1992.

SENARCLENS, Pierre de. *La mondialisation: Théories, enjeux e débats*. Paris. 3^a édition. Édition Dalloz. Armand Colin. 2002.

SHAW, Malcolm N. *International law*. 4th edition. Cambridge. Cambridge University Press. 1977.

SCHERMERS, H.G. *International Organizations*. In: MOHHAMED BEDJAOUI (Ed.), *International Law: achievements and prospects*. Paris, Foreword by Frederico Mayor, Director-general of UNESCO, Part 1. UNESCO. Martinus Nijhoff Publishers, Hague/London/Boston. 1991

_____ and Blokker, N.M. *International Institutional Law: unity within diversity*. 5^a revised edition. Martinus Nijhoff Publishers. The Netherlands. 2011;

TRAJTENBERG, Raúl. *El concepto de empresa transnacional*. Uruguay. Serie documento de trabajo. Documento nº 10/99. Departamento de Economía. Facultad de Ciencias Sociales. Universidad de la República. 1999. Disponível no site <http://www.fcs.edu.uy/economia>.

ⁱ “The basic problem of social organization is how to co-ordinate the economic activities of large numbers of people. Even in relatively backward societies, extensive division of labor and specialization of function is required to make effective use of available resources. In advanced societies, the scale on which coordination is needed, to take full advantage of the opportunities offered by modern science and technology, is enormously greater. Literally millions of people are involved in providing one another with their daily bread, let alone with their yearly automobiles. The challenge to the believer in liberty is to reconcile this widespread interdependence with individual freedom...” Fundamentally, there are only two ways of co-ordinating the economic activities of millions. One is central direction involving the use of coercion—the technique of the army and of the modern totalitarian state. The other is voluntary co-operation of individuals—the technique of the market place...” (FRIEDMAN, 1982, p. 12).

ⁱⁱ Podemos tomar como marco o século XX e o século XXI.

ⁱⁱⁱ Jevons, Edgenworth, Samuelson, entre outros.

^{iv} Vide em MELLO, 1997, p. 57.

^v Este conceito é introduzido não somente pela teoria de Sen, mas, sobretudo, no seu diálogo com Martha Nussbaum.